

ATA NÚMERO DEZASSEIS

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA
05 DE AGOSTO DE 2026**

Aos cinco dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e seis, nesta Freguesia de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de Alexandre Filipe Fernandes Lote, que presidiu, Bruno Henrique Figueiredo Costa, Maria Luísa Dias Gomes e Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Vereadores. -----

João Manuel Pina Gomes, Vereador, encontrava-se ausente, por motivos devidamente justificados. -----

Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos, pelas dez horas. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente usou da palavra, cumprimentando os presentes, bem como todo o auditório que acompanhava a presente reunião através dos canais de comunicação do Município de Fornos de Algodres e começou por manifestar o seu agradecimento ao Senhor Vice-Presidente, Eng.º Bruno Costa, à Senhora Vereadora Luísa Gomes, bem como a todos os serviços municipais pela excelente forma como asseguraram a gestão da Câmara Municipal durante o seu período de férias. -----

Prosseguiu a sua intervenção, informando que esteve presente em diversas iniciativas e festividades realizadas no concelho de Fornos de Algodres, nomeadamente nas Fuinhas, na celebração do Dia da Freguesia da Matança, em atividades promovidas no Rancosinho e Furtado, num jantar solidário de angariação de fundos, no Casal Vasco, no Festival da Biodiversidade, no Cortejo de Oferendas, na Festa da Mata, no Baile de Finalistas, na Festa do Emigrante em Maceira, no início da Caminhada dos Avós na Muxagata, no Festival do Peixinho do Rio, em Juncais e nas comemorações do Dia dos Avós, na Liga dos Amigos de Figueiró da Granja. Referiu ainda a sua participação nas Festas do Sobral Pichorro, no Festival das Bôlas, em Vila Ruiva, e na Corrida de carrinhos de rolamentos em Infias. Neste contexto, manifestou o seu especial agradecimento aos serviços municipais pelo trabalho desenvolvido na organização e apoio aos diversos eventos realizados no concelho, destacando, em particular, o Festival da Biodiversidade e o Cortejo de Oferendas, uma iniciativa revitalizada e que decorreu de forma muito positiva. Relativamente à Corrida de carrinhos de rolamentos em Infias, destacou o seu caráter diferenciador e o potencial de crescimento da referida atividade, manifestando a intenção de colaborar com a Junta de Freguesia para reforçar a sua qualidade nas próximas edições. -----

Prosseguiu a sua intervenção informando que teve uma reunião com o Senhor Presidente da CCDRC, durante a qual foram abordados vários temas de interesse regional, tendo-se destacado a preocupação com a redução dos

indicadores do turismo na Região Centro, salientando-se a necessidade de se acompanhar a sua evolução e de avaliar se as recentes intempéries poderão ser uma justificação para tal facto. Neste sentido, foi concluído que há que tentar reverter tal situação, para que uma exceção, não se transforme num padrão, atendendo à importância estratégica do setor para o distrito e para a Comunidade Intermunicipal. Referiu ainda que foi também discutida a eventual existência de um número excessivo de PROVER(s) na Região Centro, tendo sido equacionada a possibilidade de concentrar as estratégias de eficiência coletiva, em projetos com resultados mais consolidados, de forma a reforçar a sua dimensão e impacto e, por fim, foi abordada a temática do futuro quadro comunitário de apoio e a existência de futuras linhas de financiamento, embora tenha sido reconhecido que o processo se encontra ainda numa fase muito embrionária e, conseqüentemente, a informação disponível ainda é muito limitada. Informou também que havia tido uma reunião com a empresa “Eurolines”, no âmbito de um projeto já autorizado a avançar para uma fase de contactos com particulares, Juntas de Freguesia e Municípios, projeto esse que prevê a instalação de infraestruturas de produção de energia fotovoltaica e eólica, na área compreendida entre a Muxagata e Sobral Pichorro, tendo a empresa manifestado também a intenção de iniciar contactos com os proprietários dos terrenos abrangidos, com vista ao desenvolvimento da referida instalação. -----

Deu também nota de que esteve presente na escritura de doação de um imóvel, localizado em Algodres, que se encontra em avançado estado de degradação, doação essa que foi feita pelos pais do funcionário, Daniel Rebelo, e que permitirá reduzir significativamente os custos de uma intervenção, a realizar no âmbito do Programa do 1.º Direito. Neste sentido, o Senhor Presidente manifestou o seu sincero agradecimento à família Rebelo pela doação efetuada, destacando-se o contributo relevante da mesma, para a concretização da intervenção prevista e para a otimização dos recursos municipais. -----

Informou também que foi assinado o novo Acordo Coletivo de Trabalho dos trabalhadores do Município de Fornos de Algodres, na sequência de um processo de negociação desenvolvido com os respetivos representantes dos mesmos, sendo que o referido acordo introduz novas disposições, relativamente ao anterior, destacando-se a dispensa de serviço nos dias vinte e quatro e trinta e um de dezembro, bem como a tolerância de ponto no Carnaval e na segunda-feira de Páscoa. Neste contexto salientou que as referidas medidas proporcionam maior previsibilidade aos trabalhadores na gestão das suas férias e da sua vida pessoal e, mais informou, que o referido acordo contempla ainda matérias relevantes relacionadas com a higiene e segurança no trabalho, tratando-se de um processo que o enche de um enorme orgulho, uma vez que foi o primeiro que assinou e muito bem conduzido pela Senhora Vereadora Luísa Gomes. -----

Prosseguiu a sua intervenção, informando que havia assinado os protocolos relativos ao serviço de transporte flexível com os taxistas do concelho de Fornos de Algodres, tendo, neste sentido, manifestado o seu mais sincero agradecimento ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Bruno Costa, bem como às técnicas municipais envolvidas, nomeadamente à Graça Flor, Filomena Almeida e Lurdes Almeida, pelo empenho demonstrado na implementação de um projeto inovador no Município de Fornos de Algodres, sendo que, e embora reconheça que a fase inicial do mesmo, poderá apresentar algumas dificuldades naturais, manifestou a sua total confiança no sucesso do referido serviço. Neste contexto salientou ainda que, tal iniciativa, dá cumprimento a um

compromisso eleitoral assumido pelo Partido Socialista, assente na convicção de que a mobilidade constitui um dos principais constrangimentos enfrentados pelas populações das aldeias, particularmente no acesso aos serviços localizados na vila de Fornos de Algodres. Ainda relativamente a este assunto sublinhou que através da implementação do serviço de transporte flexível, o Município assegurará uma nova resposta de mobilidade complementar, à já existente, para o Centro de Saúde, mantendo-se inalterado o serviço, atualmente em funcionamento, passando os munícipes a dispor de novas possibilidades de deslocação à vila de Fornos de Algodres, em diferentes dias e horários da semana, para tratamento de assuntos pessoais e acesso a serviços. Neste sentido, mais informou que o referido transporte será efetuado por táxi, tendo os munícipes apenas de proceder ao pagamento de um valor equivalente ao bilhete do autocarro, e o eventual défice tarifário será suportado pelo Município de Fornos de Algodres, no entanto, em determinadas situações, o próprio modelo poderá revelar-se financeiramente equilibrado ou, até favorável, dependendo da taxa de ocupação dos veículos. Ainda relativamente a este assunto, salientou que se trata de um projeto-piloto, cuja implementação será objeto de acompanhamento e avaliação, de forma a permitir a adoção de futuras decisões, sempre com base nos resultados obtidos. -----

Para terminar, o Senhor Presidente informou que participou numa reunião com a Presidente do PROVER dos Queijos de Portugal, em Castelo Branco, considerando importante reforçar a presença e o envolvimento do Município de Fornos de Algodres na referida estrutura, até porque, no próximo ano, Fornos de Algodres acolherá o principal evento promovido pelo referido PROVER, designadamente o “PROVA E VINHOS”, circunstância que torna especialmente relevante o estreitamento das relações institucionais e a identificação de oportunidades de colaboração. Sublinhou ainda que a reunião decorreu de forma muito positiva, tendo sido abordadas formas de cooperação que possam contribuir para o desenvolvimento e valorização do setor primário no concelho de Fornos de Algodres, com a expectativa de que tal parceria venha a gerar impactos benéficos para o território e para os seus agentes económicos. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, bem como todo o auditório que acompanhava a presente reunião através das redes sociais e começou por informar que, em representação do Senhor Presidente da Câmara, participou numa Assembleia Geral Extraordinária, na empresa “Águas do Vale do Tejo”, tendo manifestado a sua solidariedade para com a referida entidade, uma vez que havia sofrido um incidente de cibersegurança. Neste contexto, referiu que um dos pontos da ordem de trabalhos incidia sobre a proposta de composição do Conselho Fiscal para o mandato 2026-2028, sendo que, tal informação foi disponibilizada na pasta partilhada das reuniões de Câmara, para conhecimento, havendo a destacar que, entre os vogais efetivos, se encontra o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão. -----

Prosseguiu informando que participou, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara, na Assembleia Geral Ordinária da empresa “Resistrela”, realizada no dia vinte e dois de julho, sendo que, entre os vários assuntos abordados, destacou a nomeação do Dr. Nuno André Jesus Heitor para Presidente do Conselho de Administração, salientando, neste sentido, a excelente relação institucional existente entre o Município de Fornos de Algodres e a referida entidade. -----

Informou também que no dia vinte e nove de julho participou numa reunião do Conselho Consultivo da “Resiestrela”, Órgão este que tem um papel relevante na definição das orientações estratégicas e das principais medidas a implementar pela empresa, sendo fundamental a representação dos municípios no processo. Referiu também que a reunião teve como ponto único a análise do plano de investimentos para o próximo período regulatório, correspondente aos anos de dois mil e vinte oito a dois mil e trinta, tendo a equipa ficado constituída por representantes de quatro municípios e dois suplentes, que integram os municípios da Guarda, Fundão, Sabugal, Fornos de Algodres e Trancoso. Ainda relativamente a este assunto, destacou que a integração de Fornos de Algodres, no grupo, constitui um importante reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Município, inclusivamente por parte da Administração da “Resiestrela” e manifestou satisfação por se integrar o processo de definição do plano de investimentos, sendo que, após a sua conclusão, o mesmo será apresentado a todo o Executivo Municipal, para conhecimento. -----

Prosseguiu a sua intervenção destacando o projeto dos transportes flexíveis e começou por agradecer aos Senhores Presidentes de Junta pelo trabalho desenvolvido na mobilização da população, para participar nas sessões de sensibilização promovidas nas freguesias, sendo que as mesmas permitiram esclarecer o funcionamento do projeto e responder às dúvidas dos munícipes. Mais informou que a última sessão havia decorrido em Maceira, com uma participação significativa da população e acrescentou que, para além da manutenção do serviço, atualmente existente, será disponibilizado mais um dia de transporte, bem como duas novas possibilidades de deslocação, associadas aos dias de Mercadinho e de Mercado, facilitando assim o acesso da população, à vila de Fornos de Algodres. Salientou ainda o interesse e a preocupação demonstrados pelos participantes relativamente ao projeto, considerando que, tal medida, poderá constituir uma mais-valia para o concelho, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista da dinamização da economia local e da promoção de uma maior mobilidade da população. Ainda relativamente a esta temática, informou que o funcionamento e respetivo enquadramento do projeto foram apresentados à população, através de diversas sessões de sensibilização realizadas nas freguesias, bem como aos operadores de táxi, aquando da assinatura dos protocolos, sendo que terá início no dia trinta e um de agosto e as inscrições para a obtenção do cartão necessário, à utilização do serviço, bem como do Cartão do Múncipe, decorrerão a partir do dia dezassete de agosto. Salientou ainda que se trata de um projeto-piloto, com uma duração inicial de seis meses, passível de renovação por igual período, sendo que, ao fim dos primeiros seis meses, será efetuada uma avaliação da adesão e participação dos utilizadores e que, concluído o período experimental de um ano, será realizada uma análise global dos resultados obtidos. Mais informou que, com base nos indicadores, será avaliada a viabilidade da continuidade do projeto, nomeadamente em função do seu enquadramento financeiro e da sua sustentabilidade no orçamento municipal, resultados esses que serão oportunamente apresentados à Câmara Municipal. Para concluir, reforçou que, durante as várias ações de sensibilização realizadas nas freguesias, foram também divulgadas as condições e benefícios associados à tarifa social, bem como prestados todos os esclarecimentos considerados necessários sobre o funcionamento da medida, no entanto, manifestou total disponibilidade para responder a quaisquer questões adicionais que, eventualmente, possam surgir relativamente à sua implementação e utilização. -----

A Senhora Vereadora Luisa Gomes usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, bem como todo o auditório que acompanhava a presente reunião através das redes sociais e começou por dar nota da sua atividade, desde a última reunião de Câmara, sendo que, no sábado, dia dezoito de julho, marcou presença nos eventos do Festival da Biodiversidade e no Arraial organizado pela Associação “Just a Change”, para festejar com os responsáveis, jovens voluntários, fornecedores e as famílias apoiadas, o termo do projeto “Camp In Fornos de Algodres”, no domingo esteve presente no Festival de Folclore, na Praia Fluvial da Ponte de Juncais e, na segunda-feira, no Cortejo das Oferendas, tendo, neste sentido, endereçado uma palavra de reconhecimento e agradecimento a todas as freguesias que participaram num momento tão representativo das tradições locais e identidade coletiva, bem como a todos os colaboradores que contribuíram para o sucesso da referida iniciativa, no dia vinte e seis de julho, esteve presente na Muxagata, na Nossa Senhora dos Milagres, nas comemorações do Dia Internacional dos Avós, iniciativa conjunta da Junta de Freguesia e do Município, através do CLDS 5G, que incluíram uma caminhada, um lanche-convívio e a celebração da Eucaristia, um momento de valorização dos Avós e do importante papel que desempenham nas famílias e comunidades, no dia vinte e sete de julho também participou, juntamente com o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente da Câmara, num almoço comemorativo do Dia Internacional dos Avós, promovida pela Liga dos Amigos de Figueiró da Granja, no dia trinta e um de julho, esteve presente na cerimónia de assinatura do ACEP - Acordo Coletivo de Empregador Público, celebrado entre o Município e o STAL, um momento importante para os trabalhadores da autarquia e para a valorização das suas condições laborais, no dia dois de agosto, assistiu à Corrida de Carrinhos de Rolamentos, organizada pela Associação de Infias e pela Junta de Freguesia, tendo, neste sentido, parabenizado os organizadores, pelo sucesso alcançado e, ainda nesse mesmo dia, marcou igualmente presença, no Festival das Bôlas de Vila Ruiva, felicitando assim a respetiva Junta de Freguesia, pela excelente organização. -----

Para terminar, aproveitou a oportunidade para convidar toda a população a participar nos próximos eventos promovidos no concelho, sendo que, no dia doze de agosto, se irá assinalar o Dia Internacional da Juventude, na Praia Fluvial da Ponte de Juncais, a partir das 17h00, uma iniciativa organizada pelo Município de Fornos de Algodres, em parceria com a Fundação Cardoso do Amaral e o NERGA, com o objetivo de aproximar os jovens das oportunidades existentes no concelho, promovendo o contacto com empresas, instituições e jovens que escolheram construir o seu futuro, em Fornos de Algodres e convidou também a população a participar na Rota das Formigas, no dia treze de agosto, com início às 20h00, em Maceira, Casal do Monte e Sobral Pichorro, em direção à Fraga da Pena; uma caminhada noturna, já bem conhecida e apreciada pelos participantes, que alia natureza, património e convívio. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, bem como todos aqueles que acompanhavam a presente reunião através das redes sociais, e começou por dar nota de que havia tido conhecimento de que o Município teria sido, recentemente, alvo de uma inspeção, por parte da Inspeção-Geral de Finanças, tendo, neste sentido, solicitado a confirmação da realização de tal ação e, caso a mesma tivesse ocorrido, gostaria de saber por que motivo os senhores Vereadores do PSD, não haviam sido informados da sua

existência, sendo que também gostaria de saber se, eventualmente, o respetivo relatório final já se encontrava concluído e se poderia ter acesso ao mesmo. -----

Prosseguiu a sua intervenção, referindo que no dia cinco de junho de 2026, havia solicitado os dossiês relativos à Zona Industrial de Juncais e à Serra da Esgalhada, no entanto, tal informação ainda não havia sido disponibilizada, pelo que questionou, para quando se prevê a disponibilização da mesma, uma vez que, enquanto Vereador, não lhe será possível discutir adequadamente um assunto, de tamanha relevância para o Município e para o concelho de Fornos de Algodres, sem acesso prévio à informação necessária e sem conhecer, devidamente, todo o processo. -----

Relativamente aos indicadores do Turismo, o Senhor Vereador Rui Furtado referiu que, há pouco tempo, havia sido feita uma grande celebração em torno dos resultados do primeiro trimestre em Fornos de Algodres, no entanto, atualmente, alguns dos indicadores já se encontram em queda, tendo ele próprio, alertado para tal situação, uma vez que o referido setor está sujeito a ciclos e tendências, sendo uma moda que passa, podendo conhecer períodos de crescimento, mas também de retração. Neste contexto, sublinhou ser fundamental que haja prudência e visão estratégica, criando bases sólidas que permitam garantir uma atividade turística, o mais estável e consistente possível, ao longo do tempo, e sempre em benefício do concelho de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, tendo começado por referir que, relativamente ao projeto “Just a Change”, ainda não havia tido oportunidade de visitar as habitações intervencionadas, no entanto, havia marcado presença no Arraial promovido pela Associação, juntamente com os fornecedores de materiais, nomeadamente a empresa de construções “Graça Lopes”, a empresa do Fábio e outros participantes, bem como beneficiários e prestadores de serviços que colaboraram na iniciativa. Prosseguiu sublinhando que se trata de um projeto muito importante, por várias razões: Em primeiro lugar, porque tem uma capacidade de resposta muito rápida, na melhoria das condições habitacionais de agregados familiares que, por outras vias, demorariam muito mais tempo a ver os seus problemas resolvidos, sendo que, basta olhar para o Programa do Primeiro Direito, em que o Município se encontra envolvido, há três ou quatro anos e apenas, recentemente, se iniciou uma habitação. Acrescentou ainda que, embora se tenha o Bairro do Ténis, já em andamento, na verdade, os beneficiários diretos enfrentam tempos de espera muito prolongados, existindo uma carga burocrática muito significativa e, muitas vezes, alguma indefinição relativamente aos financiamentos disponíveis, sendo que, contrariamente, o projeto “Just a Change” se destaca por ser uma resposta rápida e eficaz, permitindo melhorar, num curto espaço de tempo, as condições habitacionais de pessoas e famílias, que necessitam urgentemente de tal apoio, para além de que é uma mais-valia para a dinamização dos vários agentes económicos locais. -----

Relativamente ao Cortejo de Oferendas e a todas as restantes atividades realizadas, o Senhor Presidente sublinhou que gostaria de deixar uma palavra de saudação e reconhecimento à Madalena Fonseca, pelo trabalho absolutamente extraordinário que desenvolveu na dinamização da referida iniciativa, bem como a todos os funcionários do Município que contribuíram para o sucesso do evento, não esquecendo todas as Juntas de Freguesia e Associações do concelho, que têm vindo a realizar um trabalho notável na dinamização do território.-

Acrescentou ainda que a dinamização do território tem contribuído, sem dúvida alguma, para atrair cada vez mais pessoas ao concelho, nomeadamente os emigrantes, sendo que, por vezes, não se reconhece a importância que uma festividade bem organizada numa aldeia, poderá ter e, no entanto, trazem às origens, filhos, pais e restantes familiares, reforçando assim os laços com a sua terra natal. Ainda relativamente a esta temática, sublinhou que a missão da Câmara Municipal, passa também por apoiar as instituições, para que possam continuar a desenvolver as suas atividades e a realizar as suas festividades com a dignidade e a qualidade que merecem, sendo que se trata de um investimento importante na identidade, na coesão social e na valorização do concelho de Fornos de Algodres. -----

Relativamente à questão da inspeção da IGF, o Senhor Presidente referiu que se trata de uma ação anterior ao início do atual mandato, não existindo ainda o relatório final da mesma, no entanto existe um relatório preliminar, e o processo encontra-se ainda em fase de contraditório, pelo que, na próxima reunião apresentará uma informação mais detalhada e atualizada sobre tal matéria. Prosseguiu informando que se trata de uma inspeção relacionada com a execução do Plano de Ajustamento Municipal, cuja tramitação teve início no mandato anterior e, logo que existam conclusões definitivas, não terá qualquer problema em partilhá-las na reunião de Câmara. Para terminar, sublinhou que tais processos não são encarados apenas como mecanismos de fiscalização, mas também como oportunidades de aprendizagem e melhoria, sendo que tem plena consciência de que nem tudo o que se executa, está necessariamente perfeito e, consequentemente, tais avaliações permitem identificar aspetos a corrigir, e a aperfeiçoar procedimentos, o que contribuirá para uma gestão cada vez mais eficiente e rigorosa. --

No que diz respeito aos pedidos efetuados a cinco de junho, o Senhor Presidente esclareceu que relativamente ao processo da Serra da Esgalhada, não existe um dossiê organizado com toda a documentação, devido à elevada complexidade do tema e aos diversos processos judiciais em curso, contudo, disponibilizou-se a facultar um relatório elaborado pelo Advogado do Município, no qual é apresentado o estado dos processos, as matérias em discussão e os argumentos das partes envolvidas. No que concerne à Zona industrial de Juncas, o Senhor Presidente informou que também foi solicitado um relatório ao Advogado responsável pelo processo, tendo, entretanto, sido reunidos documentos adicionais relacionados com passivos contingentes, matéria que integrou as negociações com o Fundo de Apoio Municipal (FAM). Neste sentido, assumiu o compromisso de apresentar, na próxima reunião de Câmara, os respetivos relatórios sobre ambos os processos, nomeadamente o da Serra da Esgalhada e o da Zona industrial de Juncas, sendo que a documentação de suporte, também poderá ser disponibilizada para consulta. -----

Relativamente às questões do Turismo, o Senhor Presidente referiu que os indicadores analisados dizem respeito ao Turismo do Centro, abrangendo cerca de cem municípios, sendo que os mesmos têm registado resultados negativos já há algum tempo, contrastando com os indicadores da região das Beiras e Serra da Estrela que continuam a apresentar uma evolução positiva. Neste sentido, sublinhou que importa perceber se tal tendência negativa corresponde a uma alteração estrutural ou se é apenas circunstancial, correspondendo a fatores temporários, como as tempestades que afetaram a zona de Leiria e o consequente impacto em destinos relevantes como Fátima e Coimbra e que poderão ter influenciado os resultados da Região Centro. Contudo, dever-se-á

avaliar cuidadosamente a situação, uma vez que, caso se trate de uma tendência estrutural, as suas consequências poderão vir a refletir-se também noutras sub-regiões, sendo que o Senhor Presidente da CCDRC e o Senhor Presidente do Turismo do Centro, Dr. Rui Ventura, têm acompanhado a situação e desenvolvido um trabalho significativo, no sentido de contrariar tal evolução, procurando identificar soluções e caminhos que permitam responder aos desafios verificados no setor turístico. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra considerando que a disponibilização dos relatórios, constitui um primeiro passo para o acompanhamento dos processos em causa, contudo, a análise dos documentos poderá suscitar questões adicionais por parte da Vereação, o que poderá justificar a solicitação de documentação complementar, nomeadamente decisões de Câmara, despachos judiciais, peças processuais e outros elementos relevantes, para o esclarecimento das matérias em apreciação. Salientou ainda que, independentemente do formato adotado para a sua disponibilização, digital ou em papel, os documentos necessários deverão ser facultados à Vereação, de forma a permitir uma análise mais aprofundada e fundamentada dos processos. -----

Face ao exposto pelo Senhor Vereador Rui Furtado, o Senhor Presidente confirmou que serão elaborados relatórios técnicos de síntese sobre os processos em causa, sendo que, toda a documentação adicional que venha a ser considerada necessária pela Vereação, será posteriormente disponibilizada, de forma a permitir um acompanhamento mais detalhado e o esclarecimento de eventuais questões, suscitadas após a análise dos relatórios. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1-PROPOSTA DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17 DE JULHO DE 2026, PARA APROVAÇÃO. -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. -----

Aquando da aprovação da ata em causa, o Senhor Presidente ausentou-se da sala, uma vez que não tinha estado presente na última reunião de Câmara. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade dos presentes. -----

2-PONDERAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO APRESENTADA EM SEDE DE AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS E CONSULTA PÚBLICA DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À PREPARAÇÃO INDIVIDUALIZADA DA MEDICAÇÃO (PIM) E RESPETIVA APROVAÇÃO. -----

Por deliberação da Câmara Municipal foi aprovado o projeto de 2026.06 Projeto Regulamento PIM, tendo o mesmo sido submetido a audiência dos interessados e consulta pública, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Durante o período de consulta pública foi rececionada uma participação subscrita por Daniela Almeida Rodrigues, constante do documento Parecer Daniela PIM_signed, contendo um conjunto de observações de natureza técnico-farmacêutica destinadas ao reforço da qualidade, segurança e robustez clínica do serviço de Preparação Individualizada da Medicação. -----

Na qualidade de Diretor do Procedimento, procedeu-se à análise comparada entre a versão inicial do regulamento constante do documento 2026.06 Projeto Regulamento PIM e a versão revista constante do documento 2026.07.23 Projeto Regulamento PIM_alterações Daniela, avaliando-se a pertinência jurídica, técnica e operacional dos contributos apresentados. -----

Após análise jurídica e técnica, concluiu-se que os contributos apresentados são compatíveis com o objeto do regulamento, não colidem com o quadro legal aplicável e contribuem para reforçar a segurança jurídica do Município, a proteção dos utentes e a qualidade da prestação do serviço.

Nessa medida, os contributos foram acolhidos, com adaptações de redação consideradas adequadas à natureza regulamentar do diploma. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que é o Diretor de procedimento do presente regulamento municipal, sendo que foi apresentada uma participação por uma munícipe, nomeadamente a Dra. Daniela Almeida Rodrigues, contendo diversas observações e contributos considerados pertinentes, pelo que foram introduzidas alterações em alguns artigos do regulamento, com o objetivo de reforçar a sua segurança e adequação, do ponto de vista da resposta municipal. -----

Foi ainda referido que, caso esta nova versão venha a ser aprovada, o regulamento será submetido à apreciação da Assembleia Municipal, sendo que, posteriormente, será necessário proceder à articulação operacional com as farmácias e com a Unidade Local de Saúde (ULS) da Guarda, de forma a assegurar que a prescrição da preparação individualizada de medicamentos, seja efetuada por médicos de família e que a respetiva preparação decorra nas farmácias, em conformidade com as normas nacionais e europeias aplicáveis. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra manifestando o seu sincero agradecimento à Dra. Daniela Almeida Rodrigues pelo contributo prestado durante o período de participação pública do regulamento, destacando que as suas observações contribuíram significativamente para o enriquecimento do documento, em particular ao nível da transparência e do rigor formal. Neste sentido, o Senhor Vereador Rui Furtado dirigiu ainda uma palavra de reconhecimento à munícipe, pela forma correta e construtiva como apresentou os seus contributos, considerando que os mesmos constituem um importante contributo para o Município e para a melhoria do regulamento em apreciação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

3-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA EXTRAORDINÁRIA E RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO DO EDIFÍCIO DE CENTRO DE SAÚDE DE FORNOS DE ALGODRES – ENQUADRAMENTO NO REGIME DE ISENÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 7.º DO RJUE. -----

1. Considerando que o edifício onde se encontra em pleno funcionamento o Centro de Saúde de Fornos de Algodres está implantado em parcela de terreno integrada no domínio privado, implantado há mais de 20 anos. -----
2. Constatando-se a ausência de registo de projeto aprovado ou de comunicação prévia nos arquivos municipais relativos à sua edificação histórica, o imóvel em apreço subsiste numa situação de omissão cadastral e desconformidade urbanística registral. -----
3. Atendendo a que a referida infraestrutura se encontra plenamente consolidada e afeta, desde a sua génese, à prestação de cuidados de saúde primário à população do Concelho de Fornos de Algodres, integrando a rede pública do Serviço Nacional de Saúde (SNS) sob gestão da Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. (ULSG). -----
4. Considerando que a ULSG se encontra na fase de instrução e validação da candidatura desta unidade de saúde aos fundos comunitários do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo prazo limite e perentório de submissão na plataforma eletrónica cessa a 31 de agosto de 2026. -----
5. Considerando que a ULSG se encontra na fase de instrução e validação da candidatura desta unidade de saúde aos fundos comunitários do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo prazo limite e perentório de submissão na plataforma eletrónica cessa a 31 de agosto de 2026. -----
6. Considerando que a ULSG se encontra na fase de instrução e validação da candidatura desta unidade de saúde aos fundos comunitários do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo prazo limite e perentório de submissão na plataforma eletrónica cessa a 31 de agosto de 2026. -----
7. Considerando que a ULSG se encontra na fase de instrução e validação da candidatura desta unidade de saúde aos fundos comunitários do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo prazo limite e perentório de submissão na plataforma eletrónica cessa a 31 de agosto de 2026. -----
8. Considerando que a ULSG se encontra na fase de instrução e validação da candidatura desta unidade de saúde aos fundos comunitários do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo prazo limite e perentório de submissão na plataforma eletrónica cessa a 31 de agosto de 2026. -----
9. Considerando que a ULSG se encontra na fase de instrução e validação da candidatura desta unidade de saúde aos fundos comunitários do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo prazo limite e perentório de submissão na plataforma eletrónica cessa a 31 de agosto de 2026. -----
10. Considerando que a ULSG se encontra na fase de instrução e validação da candidatura desta unidade de saúde aos fundos comunitários do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo prazo limite e perentório de submissão na plataforma eletrónica cessa a 31 de agosto de 2026. -----

Mais considerando que a atual ausência de regularização jurídica e urbanística do edificado constitui um impedimento legal absoluto à emissão do obrigatório Certificado Energético, bem como à validação da plena disponibilidade do bem na plataforma do PRR, gerando um risco iminente de perda integral do respetivo financiamento público. -----

Em face do manifesto interesse público, social e de saúde que a infraestrutura representa para a comunidade, cumpre ao Município acionar os mecanismos de exceção previstos na lei, para a regularização urgente do património público edificado. -----

Neste sentido e face ao exposto, proponho ao Executivo Municipal ao abrigo das competências de gestão patrimonial e de ordenamento conferidas pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais, que delibere:

1. **RECONHECER EXTRAORDINARIAMENTE a consolidação urbanística factual, a utilidade pública e o manifesto interesse social do edifício do Centro de Saúde de Fornos de Algodres;** -----

2. **AUTORIZAR a subsequente abertura do procedimento de Mutação Dominial definitiva a favor do Estado/ULSG, a submeter Assembleia Municipal de Fornos de Algodres na primeira sessão ordinária ou extraordinária a realizar a partir de setembro de 2026.** -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que a proposta em apreciação decorre da necessidade de concretizar procedimentos associados ao processo de descentralização de competências na área da saúde, enquadrado nos objetivos definidos pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), sendo que, atualmente, o terreno onde se encontra implantado o Centro de Saúde de Fornos de Algodres, está registado em nome do Município de Fornos de Algodres, enquanto o edifício não se encontra devidamente registado. Esclareceu ainda que a solução apresentada, visa permitir a regularização da situação patrimonial, constituindo um passo necessário para a concretização do processo junto da Unidade Local de Saúde da Guarda, sendo que a presente deliberação não implica a aceitação imediata das competências em causa, tratando-se antes de uma condição prévia que permitirá, numa fase posterior, analisar uma eventual transferência. -----

Para terminar, referiu que a solução proposta resultou de uma análise técnica e jurídica realizada em conjunto pelos serviços jurídicos do Município e da Unidade Local de Saúde da Guarda, correspondendo a uma formulação já adotada noutros municípios, em situações semelhantes, pelo que a sua intenção de voto à presente proposta, é, sem dúvida alguma, favorável. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

4- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE COBRANÇA DE ACESSO A EVENTO – FESTAS DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA. -----

Considerando que a Festa em Honra de Nossa Senhora da Graça constitui um evento de significativa relevância cultural, recreativa e social para o concelho de Fornos de Algodres, envolvendo a realização de diversos espetáculos e animação musical nos dias acima identificados. Considerando que de acordo com as alíneas e), f) e g) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, são atribuições do Município a *cultura, os tempos livres e a saúde*, devendo promover atividades que contribuam para o bem-estar das suas populações locais, bem como para atrair visitantes no sentido de promover o seu território, contribuindo assim para o desenvolvimento económico do concelho como elencado na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei. -----

A organização do evento acarreta encargos significativos para o Município, nomeadamente com a contratação de artistas, equipamentos, infraestruturas, segurança, licenciamento, logística e demais serviços de apoio, justificando-se a fixação de um preço de acesso aos espetáculos, como forma de comparticipação dos custos associados à sua realização. -----

Atendendo a que o Regulamento de Tarifas e Preços do Município de Fornos de Algodres não prevê especificamente os valores a praticar para a presente atividade, torna-se necessária deliberação da Câmara Municipal para aprovação dos preços a aplicar, de acordo com o art.º 29.º do Regulamento de Tarifas e Preços, em que qualquer dúvida ou omissão suscitadas na sua aplicação, que não possam ser resolvidas pelo recurso a critérios legais de interpretação e integração de lacunas, são decididas por deliberação da Câmara Municipal. -----

Assim, proponho que a Câmara Municipal, Aprove a cobrança de bilheteira para acesso aos espetáculos integrados na Festa em Honra de Nossa Senhora da Graça, a realizar nos dias 21 a 24 de agosto de 2026, nos seguintes termos: -----

- Bilhete diário para sexta-feira (dia 21): 3,00 €; -----
- Bilhete diário para sábado (dia 22): 3,00 €; -----
- Bilhete duplo (sexta-feira e sábado): 5,00 €. -----

Mais se propõe que o pagamento dos bilhetes constitua condição de acesso ao recinto dos espetáculos sujeitos a controlo de entradas. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que a proposta apresentada mantém os valores praticados no ano anterior, sendo que a população já está familiarizada com o preço de entrada no evento. Prosseguiu informando que a definição dos respetivos valores resulta da comparação com eventos semelhantes realizados na região, procurando estabelecer uma referência adequada entre iniciativas em que os concertos são pagos, tendo também salientado que, futuramente, poderá ser necessário reavaliar os preços praticados, de forma a garantir a sustentabilidade financeira do evento e possibilitar a apresentação de um programa de maior qualidade. Ainda relativamente a esta temática, acrescentou que, embora a receita obtida com a bilhética, esteja longe de cobrir os custos associados à contratação dos artistas das Festas de Nossa Senhora da Graça, representa um contributo importante para o Município, destacando, neste sentido, a necessidade de se acompanhar a evolução

dos custos, nomeadamente o aumento significativo dos valores cobrados pelos artistas e espetáculos, através de alguns ajustes futuros nos preços de entrada, procurando assim equilibrar os custos da programação, os recursos disponíveis e o impacto junto do público. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra, referindo que a proposta apresentada prevê um custo de entrada de três Euros para sexta-feira e três Euros para sábado, existindo ainda a possibilidade de aquisição de um bilhete duplo para os dois dias, pelo valor de cinco euros. Neste sentido, questionou se os espetáculos de domingo e segunda-feira terão entrada gratuita, ao que o Senhor Presidente respondeu afirmativamente. -----

Prosseguiu a sua intervenção manifestando a sua intenção de voto favorável à presente proposta, defendendo a importância de garantir um equilíbrio financeiro na realização das festividades, sendo que, nesse sentido, gostaria de conhecer, futuramente, os custos diretos e as receitas diretas associadas às Festas de Nossa Senhora da Graça, considerando que existem diversos custos indiretos, nomeadamente relacionados com os recursos humanos do Município, cuja contabilização é mais difícil. Para terminar, sublinhou que o acesso a tal informação permitiria uma análise mais consistente e fundamentada sobre o impacto financeiro do evento, contribuindo para uma tomada de decisão mais realista e para uma melhor avaliação da necessidade de minimizar o encargo das festividades, no orçamento municipal. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, informando que os custos diretos inerentes às Festas de Nossa Senhora da Graça, poderão ser consultados, por qualquer cidadão, através da plataforma Base Gov, onde se encontram registados os respetivos contratos e encargos, sendo que, apesar dos valores serem atualmente elevados, o Município opta por não contratar artistas inseridos nos circuitos de maior custo, uma vez que tal facto, representaria um risco financeiro considerável, sobretudo em caso de condições meteorológicas adversas que pudessem comprometer a afluência ao evento. -----

Relativamente às receitas, o Senhor Presidente referiu que a informação será disponibilizada após a realização das festividades, integrando o relatório habitualmente apresentado aos Senhores Vereadores do PSD, sendo que a receita proveniente da bilheteira tem rondado, em anos anteriores, os oito a nove mil Euros, variando em função do número de entradas registadas, acrescendo ainda as receitas obtidas através da cedência de espaços e hastas públicas. Prosseguiu acrescentando que as receitas arrecadadas estão longe de compensar os custos diretos e indiretos associados à organização do evento, contudo, destacou que existem benefícios indiretos difíceis de quantificar, nomeadamente a deslocação de muitas pessoas ao concelho para visitar familiares, durante o período festivo, contribuindo para a dinamização social, cultural e económica da comunidade, sendo que a avaliação do evento deve considerar, não apenas os resultados financeiros, mas também o impacto positivo que as festividades têm na população do concelho de Fornos de Algodres. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

5-PROPOSTA DE ATA EM MINUTA, PARA APROVAÇÃO -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O munícipe António Cardoso, residente na Estação, usou da palavra cumprimentando todos os presentes e começou por manifestar a sua preocupação com a enorme quantidade de resíduos produzidos durante o Festival da Biodiversidade, sendo que, no dia seguinte ao evento, encontrou uma enorme quantidade de copos, latas e pratos descartáveis, espalhados pelo local do evento e acessos envolventes, o que implicou um esforço significativo por parte dos trabalhadores responsáveis pela limpeza. Como forma de minimizar o impacto ambiental, sugeriu a redução da utilização de plástico descartável e propôs a implementação de um sistema de depósito para copos reutilizáveis, mediante o pagamento de um valor reembolsável, aquando da devolução do copo, o que poderia incentivar a comportamentos mais responsáveis e contribuir para a preservação do ambiente. Prosseguiu a sua intervenção, recordando a sua anterior intervenção relativa ao açude do rio, afirmando que as preocupações então manifestadas, se vieram a confirmar, uma vez que a obra não cumpre o objetivo de retenção de água, continuando a escoar por baixo da estrutura, pelo que não foi alcançada qualquer melhoria na capacidade de armazenamento de água. Acrescentou ainda que a falha da referida intervenção resultou na degradação de uma praia fluvial natural, de grande valor paisagístico, para além de que o rio se encontra, atualmente, com elevada presença de algas, devido à reduzida circulação de água, embora tenha reconhecido que tal situação não é da responsabilidade do Município, mas sim da escassez de caudal. -----

Face à intervenção do munícipe António Cardoso, relativamente ao Festival da Biodiversidade, o Senhor Presidente informou que o Município já tem vindo a utilizar, em vários eventos, nomeadamente nas Festas da Nossa Senhora da Graça, um sistema de troca de copos reutilizáveis, em que os participantes efetuam apenas o pagamento inicial do copo, podendo, posteriormente, trocá-lo, sempre que necessário, o que tem funcionado muito bem. Neste sentido, sublinhou que o referido modelo deverá também ser implementado na Praia Fluvial, durante o Festival da Biodiversidade, atendendo à informação transmitida, relativamente aos resíduos gerados no evento, até porque a adoção de tal sistema não acarreta custos adicionais para a organização, e será, de facto, a solução adequada para reduzir a produção de resíduos e promover práticas mais sustentáveis. -----

No que concerne à questão do açude do rio Mondego, na Praia Fluvial de Juncas, o Senhor Presidente informou que o Município se encontra em conversações com o Ministério do Ambiente, no sentido de avaliar a possibilidade de realizar intervenções, que permitam desassorear o rio e resolver alguns dos problemas existentes naquela

zona. Prosseguiu informando que estão a ser analisadas soluções relacionadas com o leito do rio, o muro e o pontão, reconhecendo, que, algumas das referidas intervenções, poderão apresentar maior complexidade, no entanto sublinhou, que o objetivo visa obter autorização para que o próprio Município possa intervir ou, em alternativa, que a intervenção seja promovida pelo Governo, por intermédio do Ministério do Ambiente, no sentido de melhorar as condições da Praia Fluvial, em particular através da recuperação do espelho de água, atualmente afetado pelo assoreamento e pelo funcionamento insuficiente de algumas infraestruturas. -----

Por fim, o Senhor Presidente salientou a importância de dar prioridade à requalificação e gestão do rio e dos seus caudais, tal como já havia referido na reunião inerente à Barragem de Girabolhos, manifestando ainda a expectativa de que, no futuro, possam existir desenvolvimentos positivos, sobre o assunto. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara manifestou o seu sincero agradecimento a quem acompanhou a presente reunião, tendo, de seguida, declarado a mesma encerrada, da qual, nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara Municipal

(Dr. Alexandre Filipe Fernandes Lote)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)